

ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: BERLIM E SEUS ESPAÇOS DE CULTIVO URBANO

FOOD IN THE CONTEXT OF THE FIRST WORLD WAR: BERLIN AND ITS URBAN CULTIVATION SPACES

Angela Bernadete LIMA*

Resumo: Os diversos aspectos relacionados a alimentação sempre foram foco de análise dos historiadores e, de forma especial nos últimos anos, tem-se buscado associar essa atividade vital com outros elementos relacionados a sua produção e seu consumo. Nesse sentido, este artigo trata de alguns aspectos relacionados a alimentação no contexto da Primeira Guerra Mundial e no pós-guerra na cidade de Berlim na Alemanha. O intuito é evidenciar como os moradores da cidade buscaram alternativas à escassez alimentar que imperava naquele momento e de que formas os espaços urbanos eram utilizados para produção de alimentos, seguindo uma prerrogativa de cultivos urbanos já presente no cotidiano da cidade desde o século XIX.

Palavras-chave: escassez alimentar, agricultura urbana, Primeira Guerra Mundial.

Abstract: The various aspects related to food have always been the focus of analysis by historians and, especially in recent years, efforts have been made to associate this vital activity with other elements related to its production and consumption. In this sense, this article deals with some aspects related to food in the context of the First World War and the post-war period in the city of Berlin in Germany. The aim is to highlight how city dwellers sought alternatives to the food scarcity that prevailed at that time and in what ways urban spaces were used for food production, following a prerogative of urban crops that has been present in the daily life of the city since the 19th century.

Keywords: food shortages, urban agriculture, First World War.

Inicialmente, é preciso destacar que as atividades de agricultura desenvolvidas em meio urbano na Alemanha, e também na capital, Berlim, formam um capítulo à parte na história daquele país. O século XX foi considerado o "século da urbanização", momento no qual a maior parte da população do globo passou a viver em centros urbanos. Tal fato representa uma ruptura com uma história humana em que a maioria dos homens desempenhava atividades agrícolas. Então, passa a ser justificado o interesse de vários campos do conhecimento em estudar a cidade, agora considerada uma forma específica de organização social (BARROS, 2007, p. 7- 8). Considera-se que a atual questão urbana se confunde mesmo com a alimentar, na medida em que a realidade no contexto analisado nos remetem aos debates sobre os problemas de saúde acarretados pela situação dos trabalhadores urbanos, muitos oriundos de zonas rurais onde o acesso a alimentos era favorecido pela própria atividade de plantio que muitos exerciam.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA/UFSC). Professora na rede municipal de ensino / São José-SC. E-mail: angelahstufsc@gmail.com

O fato é que uma ideia, que tomou impulso a partir da ideia do médico Moritz Schreber, da Saxônia, que aconselhava atividades vida ao ar livre como medida alternativa a vida em moradias insalubres típicas das zonas em franca industrialização, acabou sendo fonte de subsistência nas guerras. Hoje, os espaços de cultivo urbano, chamados de pequenas hortas (em alemão *Kleingärten* ou *Schrebergarten* em homenagem ao médico Schreber) possuem diversas funções, sendo uma importante área verde no espaço urbano e ainda um local de lazer e cultivo de plantas. O olhar para estes espaços nos permite entender pormenores e características do ambiente urbano de muitas cidades alemãs. Quem visita a Alemanha pela primeira vez se pergunta do que se trata tantas áreas de ocupação com casinhas e ranchos espalhadas pelo país. Os pequenos lotes arrendados para horticultura e também jardinagem se transformaram em um verdadeiro fenômeno é conhecido sob vários nomes em alemão – "*Schrebergarten*", "*Kleingartenanlage*" ou "*Gartenkolonie*", entre outras denominações.

Assim, a história dos *Kleingärten* (pequenas hortas) insere as práticas de agricultura urbana como componente na história alimentar dos conflitos bélicos na Alemanha, uma vez que garantiram a sobrevivência naquele contexto quando os produtos agrícolas eram extremamente escassos. Tal contexto, nos fornece ainda outros subsídios informativos sobre a alimentação naquele momento, especialmente pela legislação e decretos extraordinários que foram estabelecidos pelo governo. Um ano após o fim da 1ª Guerra Mundial, a Alemanha aprovou uma lei que protege os *Kleingärten*, garantindo taxas de arrendamento justas. De igual modo, na época da Berlim dividida em setores de ocupação, a cidade contava com associações de horticultores urbanos nos dois lados do muro, erguido a partir de agosto de 1961.

No contexto de análise proposto aqui, temos que no período que da Primeira Guerra Mundial a questão alimentar tomou conta da agenda do governo e do cotidiano de muitas cidades europeias. Em Berlim, a existência dos *Kleingärten* permitiu que os habitantes das cidades tivessem um meio adicional de subsistência e um refúgio quando suas casas haviam sido bombardeadas. Nestes períodos o governo adotou vários decretos de emergência com vistas a preservar esses espaços de cultivo e evitar o aumento no valor do aluguel dos mesmos. Era preciso garantir a alimentação mínima, e essas hortas urbanas representavam um significativo percentual do que era consumido localmente.

Além disso, Berlim é uma cidade que passou por grandes modificações urbanas em seu período de revolução industrial tardia. A cidade cresceu e não comportava a todos que a buscavam para trabalhar, sendo os bairros operários um aspecto relevante da cidade. Essa mesma revolução industrial trouxe, em contrapartida, o “divórcio” entre o meio rural

e o urbano, uma vez que no imaginário coletivo tem-se a ideia de que o meio urbano não deve estar misturado ao meio rural e vice-versa. Todavia, uma breve verificação na história é suficiente para saber que a agricultura é algo que nunca deixou as cidades europeias por completo, porquanto, em tempos de guerra, a atividade era amplamente difundida a fim de garantir a boa alimentação dos cidadãos (DEELSTRA *et all.*, 2001).

As colônias de pequenas hortas (chamadas *Laubenkolonie*), situados na periferia da cidade de Berlim, eram um componente importante da classe trabalhadora urbana nas primeiras décadas do século XX, que ocuparam terrenos ociosos para plantar e melhorar sua alimentação, e continuam sendo um aspecto integral cultura urbana na cidade até hoje. Sua popularidade com a população proletária de Berlim também durante a República de Weimar é evidente na abundância de referências em documentos visuais e literários. Tal era sua importância que no pós-guerra foi estabelecida a *Kleingarten- und Kleinpachtlandordnung* (Portaria de Loteamento e Pequenas Propriedades), de 1919, que foi essencial para o reconhecimento legal e proteção dos *Kleingärten* e para as demais diretrizes de funcionamento, aluguel e funções das associações, regulamentação de usos dos espaços, ficando registrado inclusive que as parcelas (como são chamados hoje cada unidade de terreno demarcada) deveriam destinar uma porcentagem para plantio alimentar.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, terras ociosas não utilizadas foram confiscadas devido à extrema escassez de alimentos, de modo que frutas e vegetais adicionais pudessem ser cultivados sob o controle do Estado. Somado a isso, a escassez levou a uma maior aceitação das *Laubenkolonie* em Berlim. O momento de crise causado pela guerra possibilitou uma aliança entre as associações da *Laubenkolonie* e os *Arbeitergärten* (hortas dos trabalhadores) geridos pela da Cruz Vermelha, onde formou-se o “*Kriegsausschuß der Groß-Berliner Laubenkolonisten*” (Comitê de Guerra). Pela primeira vez, portanto, houve uma cooperação direta entre as duas organizações no interesse da causa comum. Atráves as ações do comitê, as terras foram alugadas por um valor simbólico, ou simplesmente cedidas pelos proprietários para que fossem loteadas e servissem a uma parte da população devido à situação de fome e guerra.

Em Berlim, o ponto fundamental das ações estava assentado na promoção de acesso às terras de pousio agrícola nos arredores de sua área central ou terrenos ociosos em geral. Primordialmente a direção dos discursos das associações eram de que os desempregados, que inicialmente não podiam pagar o aluguel de uma moradia com terreno, deveriam pelo menos ter terras baratas para o cultivo de alimentos. Nesse aspecto, Renschhausen destaca que no que diz respeito ao provimento de terras para cultivo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Irineu Manoel de Souza

Vice-Reitora

Joana Célia dos Passos

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Waldir José Rampinelli

Conselho Editorial

Waldir José Rampinelli (Presidente)

Agripa Faria Alexandre

Carolina Fernandes da Silva

Diogo Robl

Fábio Augusto Morales Soares

Fernando Luís Peixoto

Ione Ribeiro Valle

Jeferson de Lima Tomazelli

Josimari Telino de Lacerda

Marília de Nardin Budó

Núbia Carelli Pereira de Avelar

Priscila de Oliveira Moraes

Raphael Grazziano

Rosane Silvia Davoglio

Sandro Braga

Vanessa Aparecida Alves de Lima

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

88040-900 – Florianópolis-SC

Fone: (48) 3721-9408

editora@contato.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

História de Santa Catarina na Primeira República (1889-1930)

Ana Lice Brancher

Vanderlei Machado

Organização

Coordenação editorial:

Flavia Vicenzi

Projeto gráfico:

Taís Andrade Massaro

Capa:

Natalia Raposo

Foto de capa:

Gustavo Jansson (1877-1954)

Diagramação:

Cristiano Tarouco

Revisão:

Heloisa Hübbe de Miranda

Letícia Tambosi

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

H673 História de Santa Catarina na Primeira República (1889-1930) / Ana Lise Brancher, Vanderlei Machado, organização. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2022.
451 p. : il.

ISBN 978-65-5805-066-7

1. Santa Catarina – História – 1889-1930. 2. Brasil – História – República Velha, 1889-1930. I. Brancher, Ana Lise. II. Machado, Vanderlei.

CDU: 981.64

Ficha catalográfica elaborada por Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora da UFSC.

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
Apresentação.....	13
1 Sob o controle do latifúndio: esbulho territorial, tutela e resistência indígena nos primórdios republicanos	15
Clovis Antonio Brighenti	
Luísa Tombini Wittmann	
2 Movimentos negros e negros em movimento: associativismo e transformações sociais no pós-abolição	43
Fábio Garcia	
João Carlos Nogueira	
3 Relações políticas e as lógicas do poder das classes dirigentes	65
Reinaldo Lindolfo Lohn	
4 Território, economia e formas de integração	103
Alcides Goularti Filho	
5 Entre o botequim e a rua: modernidade, libações alcoólicas e representações de gênero	127
Vanderlei Machado	
Joana Maria Pedro	
6 Cultura literária e articulação política: intrínsecas interlocuções.....	153
Ana Lise Brancher	
Felipe Mattos	
7 Dizer e ver as conturbações de um tempo-espço, percepções políticas e sensibilidades estéticas	181
Rosângela Miranda Cherem	
8 O Poder Judiciário catarinense e o federalismo no advento da República	215
Daniel Klein	
Samuel Martins	

9 "Não havia nada, não morava ninguém, só tinha mato, onça e bugre": da (in)visibilidade indígena no Contestado.....	237
Eloi Giovane Muchalovski	
Flavio Braune Wiik	
10 Guerra do Contestado: da Santa Irmandade à formação das milícias	275
Cristina Dallanora	
Rogério Rosa Rodrigues	
11 Modernização do sistema escolar catarinense	301
Juliana Topanotti dos Santos de Mello	
Fernanda Gomes Vieira	
Maristela da Rosa	
12 Para além das fronteiras catarinenses: relações internacionais e questões diplomáticas entre os anos 1890-1923.....	327
Viviani Poyer	
13 Imigração e colonização europeia: consolidação de um processo	361
João Klug	
Manoel P. R. Teixeira dos Santos	
Angela Bernadete Lima	
14 Trabalhadores: entre a utopia modernizadora e o realismo autoritário.....	385
Camilo Buss Araujo	
15 Prenúncios da Revolução de 1930	421
Karla Leonora Dahse Nunes	
Sobre os autores.....	449

PREFÁCIO

Uma história de desterrados

Como afirma o geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes, a história da formação da sociedade brasileira, a história do Brasil, tende a ser reduzida ao processo de formação do território brasileiro, à conquista, expansão e colonização territorial. O reaparecimento espetacular da figura do bandeirante paulista, com a recente ação de queima da estátua de Borba Gato, trouxe novamente à baila a narrativa mítica, construída por membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em torno do papel desses personagens na conquista do atual território do país e, por consequência, na construção da nação. As elites intelectuais e políticas brasileiras, seja no século XIX, seja no início do século XX, não viam com bons olhos o que seria nosso povo, a população do país. Mesmo para aqueles que capitanearam o movimento em torno da Proclamação da República, o povo que sustentaria e vertebraria o novo regime político ainda deveria ser criado, de preferência com uma mudança em sua composição racial, com a necessária transfusão de sangue branco, com o branqueamento desse povo, ainda não preparado e adaptado aos avanços civilizatórios e modernizadores que significava a adoção da nova forma de governo. A história do Brasil, mesmo no período republicano, não é a história de suas gentes, de sua população, mas é a história do seu território, de sua formação, ocupação, conquista e colonização. Podemos dizer que a história de nossa terra é a história da terra, do território, e não propriamente dos brasileiros.

Ao longo da história do país, a grande preocupação do Estado brasileiro foi a de manter a integridade territorial da nação. Mesmo a administração colonial portuguesa zelou mais pela expansão territorial e manutenção da integridade desse território do que pela população de sua colônia. Todas as vezes que a integridade territorial brasileira foi ameaçada, tanto o governo imperial quanto o governo republicano reprimiram violentamente tais movimentos. Entre o território e a população, o Estado brasileiro nunca teve dúvida em privilegiar a manutenção da integridade do território, mesmo que para isso tivesse que massacrar sua população. Talvez, por isso, a história do país seja a história da formação de um grande território e, ao mesmo tempo, seja a história do desterro

Imigração e colonização europeia: consolidação de um processo

João Klug

Manoel P. R. Teixeira dos Santos

Angela Bernadete Lima

Na história de Santa Catarina é notória a participação dos imigrantes. Considerando o número expressivo desse contingente, o qual formou vários núcleos coloniais que tiveram relevante protagonismo na esfera econômica, política e cultural, formou-se, em grande medida, uma espécie de senso comum no qual Santa Catarina é um estado automaticamente associado à imigração europeia, especialmente alemã, italiana e polonesa.

A partir dessa constatação, percebe-se também uma historiografia relativa ao tema que muitas vezes assume um discurso triunfalista e que exagera quanto à contribuição de certas etnias em detrimento de outras: o estado catarinense só teria conseguido atingir o nível e os índices atuais em função do imigrante europeu, e, de maneira especial, das etnias mencionadas. É recorrente uma historiografia que se ocupa com o enaltecimento do papel dos pioneiros. Na ausência de uma preocupação analítica e crítica, elaboram-se verdadeiras apologias, as quais fortalecem o “mito do pioneiro”, caindo num determinismo personalista, apontando para a “fibra dos pioneiros” e, em função dessa qualidade, só lhes restava o sucesso, e nunca, o fracasso. Essa leitura unilateral da história catarinense é campo fértil para uma historiografia comemorativa e laudatória. A crescente indústria turística nas áreas de imigração em Santa Catarina reforça alguns estereótipos e inventa tradições. O produto chamado “típico” (alemão e italiano, por exemplo) é criado em profusão e vendido como mercadoria aos turistas. Também lhes é apresentada a ideia de que, visitando algumas cidades de Santa Catarina, estarão “visitando a Europa sem sair do Brasil”. Tendo como pano de fundo esse discurso supostamente identitário aplicado ao estado de Santa Catarina, queremos tecer algumas considerações

visando contribuir para o conhecimento e para a discussão relativa à imigração no período da Primeira República.

Com o advento da República, a questão imigratória presente, aliás, em todo o período imperial continuava na ordem do dia. No processo de formação nacional, a referência era a Europa; por isso, lideranças políticas e intelectuais desejavam povoar o Brasil com europeus e, assim, recriar o Velho Mundo em solo tupiniquim. Grande parte do *staff* político da jovem República, no entanto, não sabia lidar com o imigrante, segmento que formava um contingente populacional livre e pobre, mas com capacidade de organização social, num contexto em que o Estado pouco se fazia presente e não atendia as demandas dessa população. Digno de destaque é que o primeiro decreto do governo após a Proclamação da República proibia a entrada de asiáticos e africanos, o que reforça a tese de que “[...] a imigração foi de fato a construção da identidade nacional”.¹ Verificava-se nesse processo uma “dupla assimilação”, pois “[...] à medida que os colonos se tornavam brasileiros, o Brasil se tornava europeu”.²

Imigração, religiosidade e educação

O advento da República também teve importante desdobramento na esfera religiosa dos imigrantes acatólicos, aliviando a tensão que persistiu durante todo o período imperial, visto que no Império do Brasil a religião oficial era a católica, sendo as demais apenas toleradas. Considerando o grande número de imigrantes alemães que professavam o luteranismo, com a República, estes foram incorporados pelo projeto liberal com forte influência maçônica e positivista, em princípio um projeto modernizador, no entanto, altamente conservador quanto à sua mentalidade e condução, garantindo os privilégios da elite dirigente. A República trouxe, sim, o fortalecimento de uma identidade acatólica em Santa Catarina, nas áreas de imigração alemã, que foi traduzida pelo luteranismo. Essa manifestação de religiosidade deixou de ser tolerada e passou a ser legalmente reconhecida, não sem muitos debates em todos os círculos políticos e da Igreja Católica (hegemônica), que colocava todas as formas de protestantismo sob um holofote interrogativo.

¹ LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: EdUnesp, 2001, p. 28.

² *Ibidem*, p. 26.

Fato é que, em função do ideário liberal da Primeira República, o protestantismo foi fortalecido. As crises institucionais que se verificaram no Brasil entre Igreja e Estado tornavam parte da elite mais propensa a aceitar juridicamente o protestantismo.

O assim denominado “protestantismo de imigração”, no qual se inseriam a maior parte dos alemães luteranos em Santa Catarina, tinha como objetivo preservar e fortalecer a identidade étnica dos imigrantes, o que para parte da elite favoreceria a implantação do projeto liberal-modernizador, o qual tinha forte amparo no ideal republicano. Fazia-se uma leitura de mundo na qual os países com forte influência protestante eram vistos como modelos de avanço econômico, político e social, portanto, havia a compreensão de que a religião facilitava a transição para a sociedade moderna. Ao mesmo tempo que se favorecia o protestantismo no Brasil e em Santa Catarina, verificava-se no Segundo Reich alemão uma política de fortalecimento da germanidade no exterior e como estratégia para operacionalizar esse fortalecimento, instituições da Alemanha passaram a apoiar e auxiliar a rede de escolas alemãs, o que se concretizava com o envio de professores, de material didático, e de recursos financeiros. Em menor volume, o mesmo se verificava em relação à imprensa em língua alemã e, naturalmente, à Igreja Luterana.

As instituições escola e igreja desenvolveram uma forte relação de interdependência durante o Império, fortalecendo-se na República. Concretamente constituiu-se uma relação de auxílio mútuo, uma espécie de “comensalismo institucional”, pois aquilo que afetava uma, produzia reflexos diretos na outra. Isto pode ser percebido no fato de que os teólogos enviados pelos organismos eclesiásticos alemães para Santa Catarina (e para todo o Brasil), logo se ocuparam com a educação, fundando escolas ou assumindo a docência nas já existentes em suas áreas de atuação. Tinha-se a compreensão de que a confessionalidade luterana estaria ameaçada sempre que a educação fosse negligenciada. Não seria possível permanecer na fé luterana sem uma escolaridade mínima. Portanto, as escolas nas áreas coloniais alemãs, por exemplo, podem ser vistas como uma resposta aos desafios de seu tempo. Criou-se um modelo válido para sua época, respondendo às necessidades básicas de seu contexto, modelo este que foi seriamente atingido por ocasião da Primeira Guerra Mundial e depois com a política de nacionalização.

Políticas de terras, colonização e a imigração

A política imigratória adotada no período imperial do Brasil na implantação de núcleos coloniais gerou várias reações das elites latifundiárias, que se mostravam contrárias ao financiamento oneroso da colonização. A ideia era de que “[...] estimular os colonos para fazê-los proprietários a custas de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças”.³ Tais políticas vão passando por alterações, especialmente nos anos finais do Império, e ganham novas *nuances* no contexto republicano. Ao observarmos os movimentos migratórios dos anos iniciais da República devemos considerar que as políticas de terras se integravam aos ideais do Brasil de se modernizar e se fortalecer em meio às crises e transformações políticas, econômicas e sociais que vinham alterando as estruturas do país. A ideia geral estava em favorecer a imigração estrangeira, formando um contingente de mão de obra livre, acessível para atender às necessidades dos latifundiários para a lavoura cafeeira e para a agricultura nacional. Essas ideias foram tecendo os acontecimentos e formalizando o projeto colonizador e os movimentos migratórios ao Brasil.

É preciso destacar que as políticas imigratórias foram estabelecidas seguindo um controle de ingresso de imigrantes, o que era praticado na quase totalidade das nações do mundo, cada qual com suas especificidades de demanda e atração. Isso ocorria para se garantir a proteção interna, evitando os diversos problemas que a liberação descontrolada de entrada pode acarretar. Observa-se que as migrações internacionais, bem como as suas legislações, contratos, acordos, sempre movimentaram organismos e instituições oficiais e da sociedade civil para a sua efetivação e segurança nacional. Desse modo, ao observarmos as políticas de imigração que vigoravam entre o século XIX e início do século XX, percebemos que elas foram modificadas com o passar do tempo. De modo geral, o contexto histórico define seus objetivos, no qual as regras e as legislações estabelecidas foram modificadas para atender ao desenvolvimento político, aos interesses econômicos e às características de ocupação territorial das nações, tanto na Europa como nas Américas.⁴ No contexto nacional, Petrone destaca que, desde o início do século XIX,

³ PETRONE, M. T. S. Imigração. In: HOLANDA, S. B. (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1982. Tomo 3, v. 2, p. 22.

⁴ QUIRINO; MONTES, *Constituições*. São Paulo: Ática, 1992.

os núcleos coloniais foram implantados e se desenvolveram em terras próximas dos grandes latifúndios que produziam monoculturas para atender, sobretudo, ao mercado externo. No entanto, é preciso considerar que as políticas de imigração e colonização implantadas no Brasil tinham outros objetivos que em muitas oportunidades e em várias publicações foram destacadas e comentadas; entre eles destacam-se: as ideias de “aprimoramento racial” e o “branqueamento” da população. Estas premissas adquiriram grande destaque nos discursos formulados pelos mais diversos teóricos da imigração e da defesa da pequena propriedade rural como resolução para os problemas de ordem econômica e social, um discurso iniciado no século XIX.⁵ Cabe destacar que durante o período imperial (1882-1889) tiveram muitos entraves à imigração para o Brasil, entre eles as formas de trabalho e os contratos desfavoráveis que resultaram na suspensão de convênios e acordos de imigração oficial na década de 1870. Essas medidas de restrição se estenderam a todo o território brasileiro e levaram várias nações, como o Reino da Prússia em 1859 (hoje formando parte da Alemanha), a França em 1876 e a Inglaterra em 1875, por exemplo, a restringir a imigração para o Brasil – embora, em muitos casos, a entrada de imigrantes provenientes dessas nações ocorresse mesmo com o estabelecimento de restrições.⁶ Por outro lado, entre 1871 e 1889, registra-se a promulgação de diversos atos legislativos, facilidades e favores especiais foram concedidos aos imigrantes, para estimular a vinda ao Brasil. Diante disso, o governo brasileiro adotou uma nova política imigratória e foi organizada a segunda fase de colonização no Brasil, tendo por objetivos: 1º – Criar núcleos coloniais, principalmente nos estados meridionais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) a fim de organizar sólidos núcleos de produção agrária de subsistência. 2º – Obter numerosa mão de obra para as fazendas de café, notadamente para as de São Paulo.⁷ A nova política previa criar centenas de núcleos de novas colônias espalhadas pelo Brasil, com objetivo de ampliar o desenvolvimento demográfico e econômico. Em seu plano, pela

⁵ LIMA, A. B. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”: propostas, ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

⁶ KLUG, J. Imigração no sul do Brasil. In: GRIMBERG, K.; SALLES, R. (org.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

⁷ WACHOWICZ, R. As escolas da colonização polonesa no Brasil. *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Champagnat, 1970.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado do Planejamento
Diretoria de Estatística e Cartografia

ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA
POPULAÇÃO | Fascículo 3

Isa de Oliveira Rocha (Organizadora)

1ª Edição

ISBN 978-85-8302-152-0

DOI 10.5965/978858302152032018



Florianópolis, 2018

Sumário

Introdução..... 11

Localização..... 13

Capítulo 1 | Gênese da Formação Econômica e Social 16

Gênese da formação econômica e social..... 19

Santa Catarina e a singularidade da formação meridional brasileira 20

A particularidade do relevo de Santa Catarina frente aos estados vizinhos..... 21

Conquista e colonização de Santa Catarina..... 22

Considerações finais 31

Referências..... 32

Capítulo 2 | Povos Indígenas 34

Povos Indígenas 39

Antes de Santa Catarina 39

Narrativas indígenas sobre o território 41

Dos territórios tradicionais às terras tradicionalmente ocupadas 43

A tutela perversa 45

Movimento indígena e direitos contemporâneos 47

Referências 49

Capítulo 3 | Povoamento Vicentista e Açoriano-madeirense..... 50

Povoamento vicentista e açoriano-madeirense..... 55

Presença vicentista: primeira tentativa efetiva de ocupação do território 56

Inserção da área litorânea catarinense ao mercantilismo luso 57

Povoamento açoriano-madeirense enquanto parte do processo 58

Forte economia inicial seguida de gradual decadência econômica 58

Do “Amarelo Indolente” ao Açoriano Descendente: uma identidade para o litoral 61

Etnização, espetacularização e mercantilização da açorianidade 64

A temática cultural açoriana e sua inserção na Educação Escolar Catarinense 65

Considerações finais 67

Referências 68

Capítulo 4 | População de Origem Africana 70

População de origem africana 79

Referências..... 88

Capítulo 5 | A Presença da População Cabocla 90

A presença da população cabocla 95

População cabocla..... 95

A Guerra do Contestado..... 95

Os remanescentes de Taquaruçu 95

Comunidade Cafuza..... 97

Considerações finais 100

Referências..... 101

Capítulo 6 | Colonização Europeia 102
Colonização europeia 107
O processo de colonização 107
Primeiro Reinado (1822-1831) 107
Período Regencial (1831-1840) 108
Segundo Reinado (1840-1889) 108
Primeira República (1889-1930) 115
Outros casos após anos 1930 118
Referências 122

Capítulo 7 | Migrações Internas e Internacionais Recentes 124
Migrações internas e internacionais recentes 127
Migrações internas 128
Os imigrantes internacionais dos anos 1960-1970 131
Os emigrantes catarinenses do final do século XX e início do século XXI 136
Considerações finais 138
Referências 140

Capítulo 8 | Características Gerais da População (1950-2050) 142
Características gerais da população (1950-2050) 151
Crescimento e distribuição espacial da população 151
Indicadores demográficos e população por grupos de idade 156
Projeções populacionais (2015-2050) 159
Referências 161

Capítulo 9 | Perfil Sociodemográfico e Econômico da População (1991-2015) 162
Perfil sociodemográfico e econômico da população (1991-2015) 165
Características econômicas e ocupacionais 165
Analfabetismo e escolaridade 168
Perfil da nupcialidade e da família catarinense 169
Evolução e distribuição da população por religião 172
Desenvolvimento humano e vulnerabilidade social 172

Introdução

Em 2013, após um longo período de intentos, a Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina – SPG/SC, por meio da Diretoria de Estatística e Cartografia, iniciou a publicação de um novo Atlas Geográfico de Santa Catarina, na forma de fascículos avulsos, para agilizar o manuseio e a necessária atualização dos dados e informações. O formato do território catarinense e a quantidade de municípios com pequenas áreas foram determinantes na escolha das escalas dos mapas temáticos e no tamanho do Atlas, pois além do prático manuseio, é preciso ser facilmente legível.

Na organização dos fascículos e dos seus capítulos buscou-se aplicar os pressupostos dos paradigmas geográficos Geossistema (V. Sochava, G. Bertrand) e Formação Sócio-Espacial (M. Santos). Isto é, enseja-se abarcar a realidade geográfica do estado de Santa Catarina a partir de uma visão de totalidade (Natureza e Sociedade e suas inter-relações), conforme propõe Armen Mamigonian no texto Tendências atuais da Geografia (Revista Geosul, n. 28, 1999).

O Fascículo 1 – Estado e Território, lançado em setembro de 2013, apresenta a gênese e a evolução da divisão político-administrativa do território de Santa Catarina. Na sequência, em 2014, o Fascículo 2 – Diversidade da Natureza disponibiliza mapas e textos sobre os aspectos físico-naturais catarinenses. Em 2016 a Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina passou a disponibilizar no formato e-Book, com números de registro DOI, a segunda edição dos Fascículos 1 e 2, com revisão e algumas atualizações. Em 2018 o Fascículo 3 – População é finalmente concluído e publicado.

Notas sobre o Fascículo 3 – População

O presente Fascículo 3 – População apresenta mapas e textos com dados, informações e análises, do passado ao presente, sobre a complexidade da formação social do território estadual de Santa Catarina. Os autores de dife-

rentes instituições contribuíram voluntariamente na redação dos nove capítulos.

O processo de conquista e colonização do estado de Santa Catarina – gênese da formação econômica e social catarinense – desde meados do século XVII até as primeiras décadas do século XX, é desenvolvido no *Capítulo I - Gênese da Formação Econômica e Social* de Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (*in memoriam*, 1946-2018) e Maria Graciana Espellet de Deus Vieira. As autoras decifram a realidade geográfica – no espaço e no tempo – a partir da interconexão da complexidade da natureza e da sociedade, conforme a visão interpretativa de Armen Mamigonian (1999).

O Capítulo II – Povos Indígenas de autoria de Luisa Tombini Wittmann e Clovis Antonio Brighenti trata sobre as populações indígenas que ocupam o atual território catarinense, descendentes de antigos grupos, atualmente conhecidos como Guarani, Kaingang e Xokleng. Estes três povos indígenas que compõem o cenário cultural em Santa Catarina vivem predominantemente e respectivamente no litoral, no oeste e no Vale do Itajaí.

O Povoamento Vicentista e Açoriano-Maderense, título do *Capítulo III*, foi elaborado por Nazareno José de Campos, Marcela Krüger Corrêa e Leila Procópio do Nascimento. O conteúdo apresenta as principais características e heranças da corrente de povoamento de origem lusa no litoral de Santa Catarina.

O Capítulo IV - População de Origem Africana de Beatriz Gallotti Mamigonian e Diego Nones Bissigo analisa a população afrodescendente catarinense ao longo do tempo e do espaço. A sistematização das pesquisas de dados e informações detalhadas permitiu a elaboração de mapas inéditos que demonstram a contribuição da presença dos afrodescendentes na história da formação social e econômica de Santa Catarina.

Pedro Martins e Tania Welter expõem no *Capítulo V – A Presença da População Cabocla* a trajetória deste grupo, que por

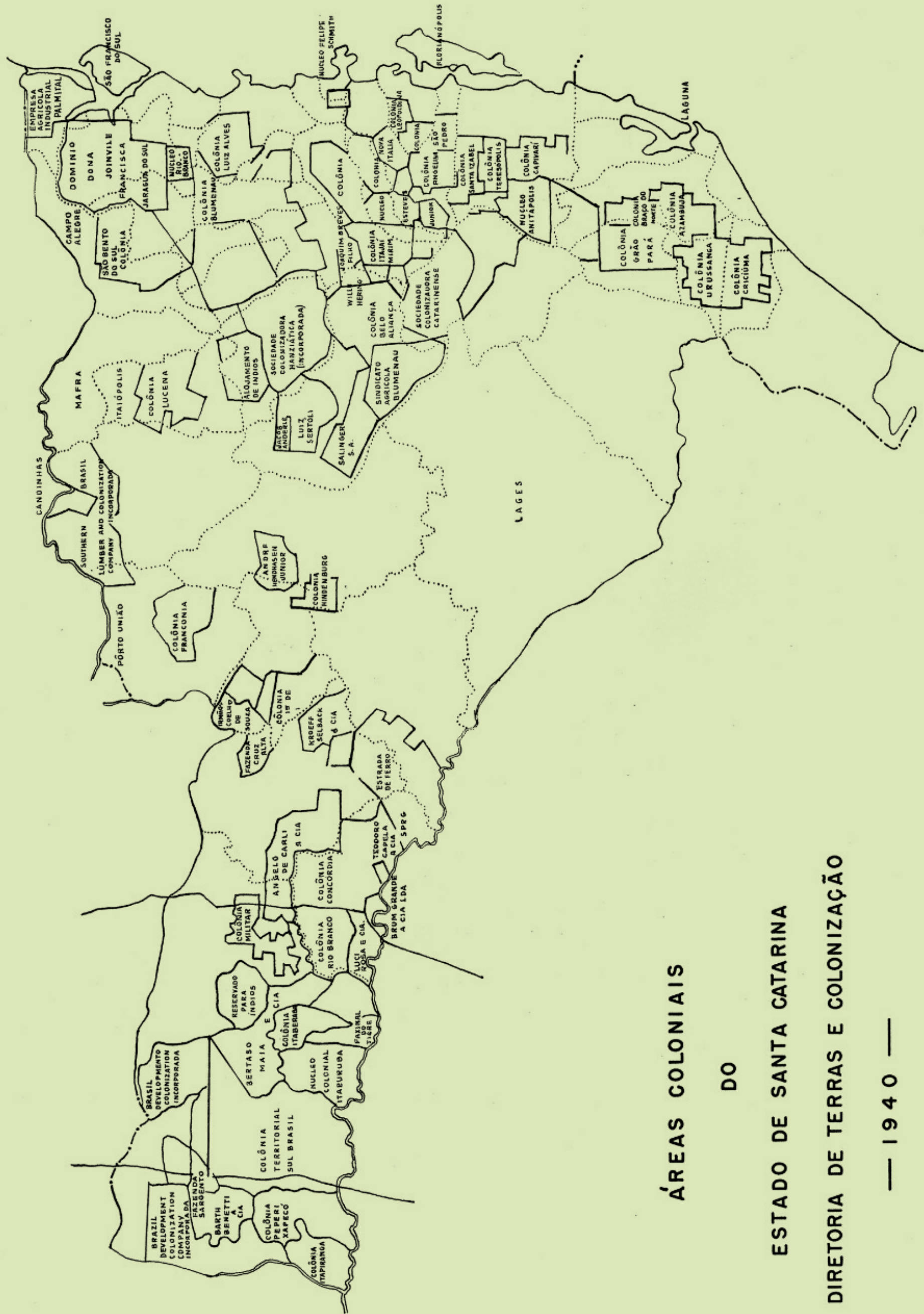
muito tempo foi invisibilizado no contexto multicultural e multiétnico catarinense. Atualmente, a população cabocla conquistou seu reconhecimento, mas em muitos casos ainda vive sob condições de marginalidade social, com dificuldades de acesso a políticas públicas.

O *Capítulo VI – A Colonização Europeia* desenvolvido por João Klug, Manoel Teixeira dos Santos e Angela Bernadete Lima apresenta o processo de colonização do território estadual a partir do período do Primeiro Reinado, na primeira metade do século XIX, até meados do século XX. O estudo abarca as linhas gerais desta ocupação majoritária em pequenas propriedades e também descortina detalhes até então desconhecidos.

O Capítulo VII– Migrações Internas e Internacionais Recentes, de autoria de Gláucia de Oliveira Assis, Francisco Canella, Maria das Graças Santos Luiz Brightwell e Luís Felipe Aires Magalhães, traça um panorama das migrações internas e internacionais da segunda metade do século XX e início do século XXI a partir de fontes diversas, até então dispersas.

Rosana Baeninger e Pier Francesco De Maria são os autores do *Capítulo VIII – Características Gerais da População (1950-2050)* e *Capítulo IX – Perfil Sociodemográfico e Econômico da População*. Os capítulos analisam respectivamente as características gerais da população catarinense, sua evolução nos últimos 70 anos e as projeções até 2050, e como esta população mudou ao longo do tempo, com relação à cor, religião, escolaridade, ocupação, pendularidade etc.

Os mapas temáticos dos capítulos, confeccionados em distintos programas de geoprocessamento, apresentam diversas escalas e bases cartográficas, determinadas conforme a necessidade do nível de detalhamento ou generalização dos assuntos tratados. A contracapa e todos os capítulos foram ilustrados com várias fotografias cedidas por fotógrafos amadores e profissionais, algumas são do acervo de instituições.



Fonte: Extraído de Piazza (1970).

Capítulo 6 | Colonização europeia

João Klug¹
Manoel P. R. Teixeira dos Santos²
Angela Bernadete Lima³

O estado de Santa Catarina é conhecido no cenário nacional em função da forte influência europeia em sua formação sociocultural. O território catarinense foi marcado pela constituição de várias colônias com imigrantes oriundos de diferentes estados europeus ao longo do século XIX e XX, o que nos permite afirmar que o perfil da atual sociedade catarinense, visto sob a perspectiva étnica, se apresenta de forma multifacetada. Desta maneira, o estado de Santa Catarina pode ser visto como um caleidoscópio étnico através do qual se perceberá a riqueza cultural oriunda de sua diversificada constituição étnica.

A grande variação regional exige que se pense em identidades plurais e não numa única identidade. Estas identidades plurais, por sua vez, são “identidades hifenizadas”, isto é, marcadas por um importante hífen. São comunidades formadas por teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros, ou, poderíamos denominar de euro-brasileiros. Não podemos esquecer de mencionar que ao lado desta formação

cultural e étnica, verifica-se, do mesmo modo, a influência de negros, caboclos e indígenas.

Colônias foram fundadas com predominância ou até exclusividade de determinadas etnias, o que possibilitava maior coesão, especialmente no início destas colônias. Alguns anos após o início, novas levas de imigrantes foram trazidas e estes imigrantes passaram a ocupar espaços na borda ou no entorno da colônia mãe. Há uma espécie de transbordamento para os espaços periféricos da colônia original verificando-se, portanto, uma sobreposição de etnias numa mesma colônia. Blumenau, por exemplo, é originalmente uma colônia alemã, mas também recebeu italianos, dando origem a núcleos marcadamente com esta etnia. Assim, Blumenau é “alemã”, mas também é “italiana”.

Considerando esta sobreposição de etnias, torna-se difícil, muitas vezes, definir um determinado município como sendo de uma etnia específica.

Especialmente a partir da década de 1980, com o advento das “festas de outubro” organizadas comercialmente na perspectiva da indústria turística, a identidade étnica passou a ter grande importância. Através das referidas festas, vários municípios passaram a receber um “rótulo étnico” e dessa forma, passaram a ser um produto comercializado pela indústria do turismo. O conceito “típico” passou a ter grande aceitação como produto. Ex. Blumenau: tipicamente alemã; Rodeio: tipicamente italiana.

Esta tipificação, no entanto, não corresponde necessariamente, a realidade dos municípios aos quais se refere. A realidade é mais complexa, visto que dentro de um mesmo município pode-se perceber uma configuração étnica que é plural, pois diferentes grupos formaram ali núcleos e colônias. Essa complexa e multifacetada formação étnica, significa também, dificuldade para definir determinada região ou município como sendo de uma etnia específica.

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

O processo de colonização europeia no Brasil estava diretamente atrelado ao contexto político nacional. A legislação voltada a promoção da imigração no país sofreu constantes alterações com períodos de maior ou menor estímulo. Considerando isso, procuramos apontar alguns desdobramentos deste processo ao longo do Período Imperial (Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado) e durante a Primeira República (1889-1930).

PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

A política de colonização do primeiro reinado realizou iniciativas muito pontuais em Santa Catarina e conciliou preocupações com a defesa do território – ainda como resquícios das disputas entre Portugal e Espanha – com ações de povoamento, através de chegada de imigrantes agricultores.

Colônia São Pedro de Alcântara

Fundada em 1829, é reconhecida como a primeira colônia alemã de Santa Catarina. Estabelecida na região do caminho das tropas, entre São José e Lages, foi única ação colonizadora na província durante o primeiro reinado. Apesar de ter sido criada por ação do governo imperial, sua administração também recebeu amparo do governo provincial catarinense. A localização da colônia, próxima à antiga estrada entre São José e Lages, nas margens do rio Maruí, tinha entre os seus objetivos permitir maior integração entre a capital e o planalto serrano, até então muito mais integrado econômica e politicamente com São Paulo e com o Rio Grande do Sul, em função do comércio tropeiro.

Os cortes no orçamento imperial, estabelecidos através da Lei Geral de 1830, afetaram diretamente a Colônia São Pedro de Alcântara, bem como a sequência do processo de colonização na província de Santa Catarina.

Além do abandono estatal, as dificuldades para expansão agrícola em virtude do acidentado relevo da região, somados a inexperiência agrícola de muitos colonos alemães, contribuíram para as enormes dificuldades enfrentadas pela colônia e a consequente evasão de muitos dos seus habitantes.

PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

A política de colonização foi interrompida entre o final do primeiro reinado e meados do período regencial. Apenas com a publicação do Ato Adicional de 1834, que abriu a possibilidade para as províncias brasileiras promoverem a fundação de núcleos coloniais, ocorreram algumas ações de colonização.

Em Santa Catarina, uma lei de maio de 1835 autorizou a fundação de novas regiões de colonização, nas margens dos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim. No ano seguinte foi aprovada uma lei que permitiu a colonização privada, através de companhias ou ações individuais de nacionais ou estrangeiros.



Colônia Nova Itália

A atuação de empresas colonizadoras em Santa Catarina teve início em 1836 com a fundação da colônia “Nova Itália”, através da empresa *Demaria & Schutel*. Estabelecido nas margens do rio Tijucas, no então município de São Miguel, este pequeno núcleo colonial recebeu imigrantes originários da mediterrânea ilha da Sardenha. O desenvolvimento da colônia foi muito modesto e seus habitantes enfrentaram dificuldades comuns aos outros núcleos existentes no período. Fundada muito antes do maior fluxo de imigração italiana, ocorrido nas últimas décadas do século XIX, ainda por volta dos anos 1860 “Nova Itália” serviu de apoio para a conexão das colônias São Pedro de Alcântara e Angelina com as colônias Brusque e Blumenau, no vale do Itajaí.

Colônia Vargem Grande

Em 1837, foi fundada às margens do rio Cubatão, junto à nova estrada que ligava Desterro ao Planalto, a Colônia Vargem Grande. O povoamento deste núcleo colonial recebeu muitos colonos alemães provenientes da “vizinha” colônia São Pedro de Alcântara. Anos mais tarde, a expansão da colônia pode ser percebida pela criação de uma nova área de colonização na localidade de Löffelscheidt (1847), no atual município de Águas Mornas. O crescimento da

colônia foi atribuído, em primeiro lugar, pela qualidade das terras e a sua topografia, o que permitiu um satisfatório desenvolvimento agrícola.

SEGUNDO REINADO (1840-1889)

Assim como ocorrido durante o período regencial, o processo de colonização europeia em Santa Catarina permaneceu tímido nos anos 1840. As ações ainda continuavam, substancialmente, a cargo das províncias. Neste período foram fundadas em terras catarinenses a Colônia Industrial do Saí, em São Francisco do Sul, a Colônia Belga de Ilhota e a Colônia Santa Isabel, mais um núcleo estabelecido nas proximidades da estrada entre Desterro e Lages.

Colônia do Saí

Em 1841, por concessão imperial/provincial, foi fundada no município de São Francisco do Sul a Colônia do Saí. Tratava-se de uma colônia industrial baseada nas teorias de Charles Fourier e idealizada pelo médico Dr. Benoit Joseph Mure. O “Falanstério do Saí”, como ficou conhecido o empreendimento colonial, recebeu cerca de 130 colonos franceses. A experiência baseada no chamado “socialismo utópico” teve curta duração, sendo desfeita poucos anos depois, em 1844. Entre as justificativas apontadas para o insucesso da Colônia do Saí, estavam as dificuldades em relação à ocupação e deslocamento na região de mata Atlântica em que foi criada a colônia, a inexperiência agrícola de seus colonos e a falta de amparo do poder público.

Colônia de Ilhota

A Colônia de “ilhota”, também denominada como “Colônia Belga”, foi fundada nas margens do rio Itajaí-Açu no ano de 1844, com a chegada de colonos belgas. O empreendimento foi uma iniciativa de Charles Van Lede e contou com o apoio do governo da Bélgica, através da *Société Belge-Brasilienne de Colonisation*. Contudo, muitos foram os conflitos que tiveram lugar na trajetória desta colônia, especialmente a partir de 1875 com o falecimento de Charles Van Lede. O fato é que seus herdeiros reclamaram a posse das terras. O Cônsul da Bélgica em

Desterro, Henry Schutel, também contribuiu para o conflito ao valer-se de uma procuração de Van Lede para negociar alguns terrenos. Após alguns conflitos, o Ministério da Bélgica pronunciou-se a favor dos colonos e a pendência foi encerrada. (Ficker, 1972)

Colônia Santa Isabel

Fundada em 1847 no vale do rio dos Bugres, Santa Isabel não teve uma projeção econômica como as principais colônias alemãs de Santa Catarina. Merece destaque, no entanto, que Santa Isabel alcançou considerável projeção na área da educação. Ali foi fundado em 1865, o Instituto de Educação (*Erziehungsanstalt*), como parte da atividade de missionários suíços oriundos de Basiléia. Tinha como objetivo suprir a carência relativa a escolarização, visto que o Estado estava ausente desse processo, especialmente nas colônias alemãs. Esta escola de Santa Isabel marcou profundamente a região no período que se estende desde a sua criação até o advento da política de nacionalização do governo Vargas. Localizada na sede da colônia, além de Santa Isabel, atendia alunos oriundos principalmente das seguintes linhas coloniais: Linha Scharf, Rancho Queimado, Taquaras, Segunda Linha, Cerro Chato, Linha Bauer, Rio Bonito.

Em função das distâncias, esta escola possibilitava que alunos ali estudassem em regime de internato. A comunidade adquiriu uma área medindo em torno de 6 hectares de terra, onde os alunos se ocupavam em um turno do dia, em atividades agrícolas, visando suprir o necessário para subsistência da escola. Foi uma escola genuinamente comunitária, mantida pela comunidade, com apoio da Missão de Basiléia (*Basel Missionsgesellschaft*). Destacou-se pelo elevado nível de educação, o que motivou inclusive uma visita do Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda em 18 de outubro de 1866. Esse elevado nível possibilitou que jovens oriundos dessa escola pudessem ingressar em cursos superiores, o que não era comum.

Colônia Piedade

A Colônia Piedade foi criada no litoral, no local de uma antiga armação estabelecida

para a caça de baleias, próxima à baía norte, no local ainda hoje denominado Armação da Piedade. O início da colônia ocorre em 1847, com 150 alemães. Com o passar dos anos muitos colonos foram deixando a localidade, dirigindo-se a colônias próximas. A colônia não possuía regulamentos especiais e seus diretores eram os comandantes da Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim (Piazza, 1994, p. 118). Em 1856 só existiam na colônia 41 pessoas. As localizações dos lotes configuravam-se um problema por estarem na encosta e contarem com pouca área plana, somado aos ventos e as constantes chuvas. Assim, o remanescente dispersou-se, como os primeiros, pelos distritos e colônias próximas, sendo extinta a colônia Piedade. No local havia em 1917 um exíguo povoado com uma capela, e os moradores sobreviviam da pesca e da agricultura (Mattos, 1917, p. 63).

Colônia Leopoldina

No ano de 1847 na localidade conhecida como Alto Biguaçu, entre esta e o rio Tijucas foram concedidas terras para a criação de uma colônia. No entanto, apesar de iniciada uma pequena ocupação, em 1849 não havia impulsionado uma maior inserção de colonos. Apenas em 1852 chegam, em pequeno número, alguns colonos oriundos da antiga colônia da Armação da Piedade, totalizando 38 pessoas de nacionalidade alemã e belga (Cabral, 1987, p. 237). Tendo enfrentado algumas dificuldades, logo no ano seguinte, algumas famílias deslocaram-se para outras localidades e assim a Colônia Leopoldina se extinguiu.

Lei de Terras e a expansão da colonização

O grande fluxo imigratório para a província de Santa Catarina ocorre a partir dos anos 1850, após a publicação da Lei de Terras⁴.

⁴ “Lei nº 6.012, de 18/09/1850, conhecida como Lei de Terras. Ela procurou caracterizar o que são terras devolutas e visava ser um instrumento jurídico para discriminar as terras públicas das privadas, além de impedir o acesso à terra devoluta, a não ser via compra” (Motta, 2010, p.279).

Neste período destacamos a consolidação da colonização, através da fundação de diversos núcleos coloniais no Vale do Itajaí, na Região Norte, na Região Sul e em áreas localizadas nas regiões próximas a Desterro.

Colonização do Vale do Itajaí

Durante a segunda metade do século XIX, a região do Vale do Itajaí (rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim) deu origem a diversos novos empreendimentos coloniais. Extensas áreas de mata atlântica, configuradas como vazios demográficos pelo poder público que desconsiderava a presença das populações indígenas e cabocla, foram substancialmente transformadas com a fundação de colônias de imigrantes de origem europeia, sobretudo alemã e italiana.

Colônia Blumenau

Blumenau foi fundada nas margens do rio Itajaí-Açu em 1850, através de um projeto de colonização particular capitaneado pelo Dr. Hermann Blumenau. Este empreendimento agrícola colonial recebeu como marco de fundação a chegada dos 17 primeiros imigrantes que adentraram a colônia em 2 de setembro de 1850⁵.

O Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, fundador da colônia e seu diretor por mais de 30 anos, nasceu a 26 de dezembro de 1819 em Hasselfelde no então Ducado de Brunswique. Veio ao Brasil pela primeira vez em março de 1846 enviado pela “Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães” logo após doutorar-se na Universidade de Erlangen.

A sua missão era analisar a situação em que viviam os colonos alemães no Brasil. Inicialmente foi ao Rio Grande do Sul e posteriormente passou por Santa Catarina. Depois foi ao Rio de Janeiro onde ficou até 1847 quando retornou a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul para visitar as colô-

⁵ A decisão de estipular este momento como data oficial de fundação de Blumenau ocorreu apenas em 1900. A distribuição dos lotes coloniais individuais deu-se apenas a 28 de agosto de 1852, data em que, inicialmente, comemorava-se a fundação oficial da Colônia Blumenau.



© Arquivo José Ferreira da Silva.

Fotografia 1 – Blumenau (sem data).

nias alemãs e concluir sua missão. Em 1848 Hermann Blumenau visitou a região do Vale do Itajaí onde encontrou alguns poucos colonos alemães que haviam abandonado a Colônia São Pedro de Alcântara.

Hermann Blumenau associou-se a Fernando Hackradt para compra de uma área na margem direita do Itajaí-Açu com o apoio do Presidente da Província Ferreira de Brito. Com isso, Dr. Blumenau parte para a Alemanha com o intuito de reunir interessados em emigrar para a futura colônia no sul do Brasil. Em função das dificuldades enfrentadas para implantação da colônia, Fernando Hackradt decidiu desligar-se da sociedade e recebeu a devolução de seu capital e mais uma indenização. (Piazza e Hubner, 2003)

A região da bacia do Itajaí possui um relevo bastante acidentado. A colônia Blumenau foi instalada numa área bastante montanhosa. Dois grandes rios formam o Itajaí-Açu, o rio Itajaí do Oeste que desce da Serra Geral e o Itajaí do Sul (Silva, 1972, p. 8-9).

As dificuldades enfrentadas nos anos iniciais da colônia levaram Hermann Blumenau a seguir para o Rio de Janeiro para conseguir empréstimos junto ao governo imperial durante os anos 1850. Com a permanência das dificuldades, depois de longas negociações, em 13 de janeiro de 1860 a colônia Blumenau deixou de ser particular para tornar-se Imperial em troca do acerto das dívidas adquiridas.

De 1860 a 1880, período em que a Colônia Blumenau esteve sob propriedade do Império, muita coisa mudou. Com o capital do governo foram feitos alguns investimentos necessários para o crescimento da colônia. Um reflexo disso, foi o alto crescimento populacional, visto que em 1862 a população já era de 2.068 pessoas e em 1868 a Colônia Blumenau contava com 5.985 habitantes (Piazza, 1994, p. 128).

A partir da década de 1870 a Colônia Blumenau passou a receber também imigrantes de língua italiana, em sua maioria da região de Trento, então pertencente ao Império Austro-Húngaro e atual

região do Norte da Itália. Através do fluxo imigratório italiano, foram fundados os núcleos coloniais de Rio dos Cedros (1875), Rodeio (1875) Ascurra (1876) e Aquidabã, atual Apiúna (1876).

Colônia Brusque

Em 1860, por iniciativa do governo imperial, foi fundada nas margens do rio Itajaí-Mirim uma nova colônia que recebeu, inicialmente, o nome oficial de “Colônia Itajaí”, por estar localizada nas terras deste município. Entretanto, posteriormente, passou a ser chamada de Colônia Brusque, em homenagem ao Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco de Araújo Brusque. Nos primeiros tempos, o processo de colonização ocorreu através da chegada de imigrantes alemães. A expansão desta ação colonizadora acabou incorporando ao seu controle a colônia vizinha de Príncipe Dom Pedro, mais próxima ao rio Tijucas. O desenvolvimento agrícola e, posteriormente industrial, contribuíram para mudança do patamar de Brusque. Em 1881, por decreto do governo provincial, foi criada uma colônia resultante de um desmembra-

mento de Itajaí e tornou-se o município de São Luiz Gonzaga, sendo que em 1890 seu nome modificado para Brusque.

Vale do Rio do Testo – Pomerode

Esta colônia originou-se a partir de Blumenau, localizando-se no vale do rio do Testo, quando a partir de 1861 formou-se a povoação de Badenfurt com imigrantes da região de Baden, sul da Alemanha. Neste mesmo ano imigrantes vindos do norte da Alemanha estabeleceram-se às margens do rio do Testo acima. Em 1863 o engenheiro agrimensor August Wunderwald explorou o rio do Testo e afluentes e demarcou novos lotes para imigrantes que iriam se estabelecer nos anos seguintes (Pomerode, 1988, p. 18). O processo de ocupação ocorreu margeando o rio e ao mesmo tempo expandiu-se pelo interior até ocupar os últimos lotes disponíveis nas localidades de Pomerode Fundos, Wunderwald, Testo Rega e Testo Alto. Os últimos imigrantes, também pomeranos, chegam em 1880 mas, no transcorrer dos dezenove anos de ocupação deste vale, ingressaram na região famílias de outros estados alemães, como da Prússia, Schleswig-Holstein e Westfália (Deeke, 1995, p. 38).

Colônia Príncipe Dom Pedro

Estabelecida em janeiro de 1866, a colônia localizava-se na confluência do ribeirão das Águas Claras com o rio Itajaí-Mirim, em território equivalente aos atuais municípios de Botuverá, Nova Trento e parte de Brusque, próxima da sede da Colônia Itajaí. A colônia teve como elementos colonizadores, em sua maioria, irlandeses e norte-americanos havendo também alguns franceses e alemães. Contudo, sua existência foi efêmera, em 1868 mostrava dificuldades de alavancar a produção agrícola e sua comercialização. No ano seguinte, em 1869, com o agravamento da situação a colônia foi anexada à Colônia Brusque. Neste mesmo ano chegam à colônia imigrantes poloneses, que se estabeleceram em lotes abandonados por irlandeses. (Santos, 1979, p. 7)

Colônia de Luís Alves

Em dezembro de 1876 tem início a demarcação dos primeiros lotes e o povoamento

da colônia em novembro de 1877, quando a área começou a receber imigrantes italianos e austríacos, que ocupam os lotes as margens dos rios Luís Alves e Braço do Norte, já os alemães foram distribuídos às margens do ribeirão Máximo. Posteriormente, colonos nacionais complementam a ocupação da colônia e fixando-se às margens dos ribeirões Serafim e Braço Seco (Piazza, 1994, p. 199). A colônia foi extinta pelo Aviso Ministerial de 9 de abril de 1880, como decorrência de uma solicitação do governo da província frente as repetidas revoltas desencadeadas pelos colonos. A colônia apresentava lento desenvolvimento, tendo sido seus interesses dirigidos por Brusque e mais tarde por Blumenau.

Colonização do Norte de Santa Catarina

Ao lado de outras regiões catarinenses, o norte de Santa Catarina sofreu grandes transformações a partir da segunda metade do século XIX. A fundação de um grande empreendimento colonial no atual município de Joinville associada a expansão do processo de colonização da direção noroeste proporcionam o estabelecimento de colônias que mais tarde dariam origem a municípios como São Bento do Sul e Rio Negrinho.

Colônia Dona Francisca

Dona Francisca foi fundada em 9 de março de 1851 através da “Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849”, em terras ao norte da Província de Santa Catarina. As razões para escolha deste local misturam-se com a história das famílias reais luso-brasileiras e francesas. François Ferdinand Philippe de Orleans, o Príncipe de Joinville, filho de Louis Phillipe, rei da França entre 1830 e 1848, e da Princesa Marie Amélie Bourbon, casou-se com Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I. (Ficker, 1965, p.15)

O tratado de casamento foi celebrado em 22 de abril de 1843 e como parte do dote de casamento o nobre francês recebeu terras na Província de Santa Catarina. Depois do casamento celebrado no palacete de São Cristóvão no Rio de Janeiro, os dois saíram do Brasil para nunca mais voltar. Com a Revolução de

1848 na França, o casal procurou exilar-se na Inglaterra e para manter o padrão de vida observaram a possibilidade de negociar as terras dotais. (Ficker, 1965, p. 35)

Em Hamburgo, o Senador Christiano Mathias Schroeder, proprietário de uma frota de embarcações com vastas relações com o Brasil, tornou-se interessado em fundar um empreendimento agrícola colonial nestas terras catarinenses. As negociações começaram em 1848, tendo como representante do Príncipe o Sr. Léonce Aubé. A partir disso, foi fundada pelo Senador Schroeder a “Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849”. O contrato entre as duas partes para concessão de oito léguas quadradas (uma légua = 6 km; aproximadamente 28.800 hectares) destas terras, foi assinado no dia 5 de maio de 1849. (Ficker, 1965, p. 44)

O registro de “Colônia Dona Francisca” como nome oficial ocorreu em outubro de 1852, consagrando a homenagem à Princesa Francisca Carolina (Ficker, 1965, p. 65). A chegada dos primeiros imigrantes ocorreu em 9 de março de 1851 (data de fundação da colônia), desembarcaram do navio Colón 118 suíços. No dia seguinte desembarcaram mais 61 noruegueses. Entre estes primeiros colonos a maior parte era composta por lavradores, o que evidenciava o caráter rural destes primeiros núcleos. Desde o surgimento do empreendimento colonial Dona Francisca, já estava definido que a sede da colônia chamar-se-ia Joinville, em homenagem ao Príncipe francês. Sendo assim, nas terras da colônia, funda-se o município de Joinville no dia 3 de março de 1877.

Colônia São Bento

A colônia São Bento foi uma extensão da Colônia Dona Francisca e do empreendimento de ligação do litoral com o planalto com a abertura da “Estrada da Serra”, que posteriormente ficou conhecida como Estrada Dona Francisca. Em 1872, fixaram-se algumas famílias na localidade chamada São Miguel, cerca de 60 km de Joinville. Contudo, de acordo com Cabral (1987), a impropriedade das terras resultou no deslocamento dos colonos para terras junto ao rio São Bento, afluente da margem esquerda